

## Resenha

# Epistemologias do prazer: O Clitóris em Disputa

## Epistemologies of pleasure: The Clitoris in Dispute

## Epistemologías del placer: El Clítoris en Disputa



Danielle Santos de Freitas

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil

danny.freitas09@gmail.com

MALABOU, Catherine. **O prazer censurado: clitóris e pensamento.** Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024. 128 p.

Submetido em: 15 de junho de 2025

Aceito em: 21 de julho de 2025

1

Em *O prazer censurado: Clitóris e pensamento*, a filósofa francesa Catherine Malabou (2024) lança luz sobre um dos apagamentos mais persistentes e reveladores da história ocidental: o do clitóris. Lançado pela Editora Ubu, traduzido por Célia Euvaldo, o livro possui 128 páginas, distribuídas em 15 capítulos curtos, condensando uma crítica profunda à normatização dos corpos.

A metodologia de Malabou é essencialmente filosófica e crítica, baseada na análise genealógica dos discursos que historicamente construíram o corpo feminino como falta. Por meio de uma desconstrução das categorias clássicas da filosofia, a autora questiona as oposições binárias que sustentam o falocentrismo, propondo a não binariedade como um princípio capaz de subverter as estruturas do pensamento ocidental. Sua abordagem é também interdisciplinar, articulando arte, filosofia, teoria feminista e psicanálise para abrir novas possibilidades epistemológicas e afirmar o clitóris como potência conceitual e política.

Catherine Malabou é uma filósofa francesa contemporânea cujas investigações transitam entre filosofia continental, ciências da vida e estudos feministas. Formada na Universidade de Paris-Sorbonne e na École Normale Supérieure, onde defendeu sua tese sob orientação de Jacques Derrida, é professora na European Graduate School e na Universidade de Kingston, atuando também como docente convidada nos EUA. Sua obra caracteriza-se pela leitura crítica de autores como Hegel, Heidegger e Kant, assim como pelo desenvolvimento do conceito de *plasticidade*, articulado a temas como epigenética, trauma e subjetividade.

Em *O prazer censurado: clítoris e pensamento* (2024), Malabou mobiliza pensadores como Sigmund Freud, Michel Foucault, Luce Irigaray, Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, Françoise Dolto, Jacques Lacan, Carla Lonzi entre muitos outros, ampliando o debate sobre o corpo e o prazer. O ponto de partida é simples e contundente: o clítoris, único órgão humano exclusivamente voltado ao prazer, que foi sistematicamente excluído das representações culturais, das descrições anatômicas e dos discursos filosóficos.

Três eixos principais atravessam a obra: (1) a denúncia do apagamento simbólico do clítoris; (2) a crítica à epistemologia falocêntrica e (3) a formulação de uma filosofia do prazer como potência ontológica e política. Malabou abala as noções de corpo e sexo, assim como os próprios fundamentos do que entendemos por filosofia, ao sugerir uma ontologia clitoriana capaz de surgir contra a normatividade.

A autora nos convida a olhar não apenas para o apagamento do clítoris, mas também para o que ele revela sobre os alicerces do pensamento ocidental. Sua ausência nas ciências, na arte, na filosofia e na psicanálise é resultado de uma longa censura epistêmica, que sustenta a lógica binária, heteronormativa e falocêntrica do desejo. Em diálogo com Paul Preciado e os transfeminismos, a obra tensiona as fronteiras entre corpo, desejo e pensamento, propondo a anatomia como campo de insurgência.

No Brasil, essa discussão tem sido desenvolvida pela historiadora Margareth Rago desde a década de 1990, que já denunciava a representação depreciativa e patologizante do sexo feminino pelos discursos médicos. Em sua análise histórica sobre os manuais de “higiene do amor” dos anos 1920, Rago aponta que a medicina da época buscava controlar o desejo feminino no interior da vida conjugal, regulando corpos e afetos em nome da moral e da modernização das relações de gênero (Rago, 1999). Anos depois, ela ampliaria essa crítica, mostrando como o sexo da mulher foi tradicionalmente descrito como obscuro, feio, úmido, maléfico e desprovido de valor – em contraste com o pênis, que sempre ocupou uma posição central na cultura ocidental. (Rago, 2000).

Rago identifica que o clitóris passa a ser tematizado de forma mais ampla no Brasil somente nos anos 1970, impulsionado tanto por movimentos feministas quanto pela cultura midiática e, em especial, pela revista *Nova*, que popularizou debates sobre prazer, sexualidade e autonomia feminina. A revista, voltada a um público feminino urbano e de classe média, divulgava conteúdos explicando a anatomia sexual e valorizando o clitóris como centro do prazer. Essa difusão, ainda que comercial e ambígua, contribuiu para reposicionar o clitóris no imaginário popular (Rago, 2002).

Esse percurso histórico reforça todo o argumento defendido ao longo do livro: o clitóris foi sistematicamente reprimido por saberes e instituições que negaram seu papel como fonte de prazer, pensamento e subversão. Para Malabou, “Clítoris: esse pequeno segredo intumescido que persiste, resiste, incomoda a consciência e fere o calcnar é um órgão, o único, que serve apenas para o prazer, logo, ‘para nada.’” (Malabou, 2024, p. 10). O clitóris, portanto, é o nada que tudo ameaça: um prazer sem finalidade, uma fissura no edifício racional e normativo da filosofia – e, consequentemente, do patriarcado – e, portanto, deve ser extermínado.

A autora enfatiza que a excisão do clitóris ocorre em diversas culturas, inclusive no Ocidente, onde foi usada como “terapia” para mulheres consideradas histéricas ou ninfomaníacas. Alerta, ainda, que as formas de seccionar o clitóris não são apenas físicas, mas

também psíquicas – como no caso da frigidez, entendida como uma excisão simbólica que incide sobre a subjetividade feminina. Essa análise articula práticas culturais violentas a discursos médicos e psicanalíticos historicamente empenhados em controlar o prazer das mulheres. Ao discutir a mutilação genital feminina (MGF), a autora argumenta que o uso do termo “mutilação” revela um viés etnocêntrico, moralizante e descontextualizado. Para ela, essa nomenclatura desqualifica simbolicamente as práticas em certos contextos, enquanto silencia procedimentos semelhantes realizados em corpos intersexo ou em meninos no Ocidente – revelando um duplo padrão ancorado na colonialidade do saber médico.

Malabou argumenta que o clitóris representa uma experiência de distanciamento, tanto simbólica quanto possivelmente literal, e que sua condição de constante fuga o torna resistente à captura conceitual. Ainda que não pertença exclusivamente ao corpo feminino, ela o define como um ponto enigmático do feminino, justamente por ainda não ocupar um lugar fixo no pensamento.

Ao explorar as particularidades da anatomia comparada, Malabou destaca que, ao contrário do orgasmo masculino, o feminino não possui uma função direta na reprodução; todas as fêmeas mamíferas têm um clitóris, mas no caso das mulheres ele ocupa uma posição distante da vagina. Esse distanciamento físico torna-se, para a autora, um campo político. Sendo assim, o prazer autônomo das mulheres continua sendo uma exceção que a história patriarcal tenta negar ou eliminar.

Catherine Malabou também retoma Simone de Beauvoir para pensar a construção social do corpo feminino. “O famoso ‘não se nasce mulher, torna-se mulher’ é uma resposta ao que Sartre analisa como um fato sem história: a anatomia feminina seria escancaramento, falta, incompletude” (Malabou, 2024, p. 45). Contudo, a obra reforça que o corpo da mulher tem sua própria plenitude, uma forma que se transforma e se afirma na variação e no movimento. O clitóris, ausente nas grandes narrativas, é o grande esquecido do erotismo e da filosofia, e é precisamente por isso que ele pode operar como uma ruptura epistêmica. Malabou pro-

põe que o sexo se forma progressivamente, por meio de imagens refletidas que acompanham as diferentes fases da vida. Ser jovem ou velho não é apenas questão de idade, mas de como o corpo se expressa e é reconhecido. A figura “esburacada” não encontra lugar no mundo, e o desejo, longe de ser destrutivo, é parte da constituição sensível do corpo.

Essa perspectiva propõe desestabilizar as categorias fixas atribuídas ao corpo feminino e reconhecer, no clítoris e no desejo, potências de reinvenção que rompem com a lógica da falta, abrindo caminhos para uma nova forma de pensar o erotismo, a subjetividade e a própria epistemologia. Para isso, Malabou sustenta que a única forma de suportar o falocentrismo filosófico é por meio da afirmação de uma filosofia não binária – condição que, segundo ela, possibilita reconstruir os alicerces do pensamento, deslocando-o de sua origem eurocêntrica e masculina.

Quando aborda a não binariedade da filosofia, Malabou propõe uma ruptura radical que nos chama a repensar os limites do conhecimento, da liberdade e do corpo. Ela ressalta que a dominação contém fissuras internas e que a emancipação deve ocorrer justamente no momento em que o poder e a dominação se voltam contra si mesmos. Para aprofundar essa crítica, é essencial recorrer a Mignolo (2021, p. 27) quando afirma que “desobediência epistêmica significa desvincular-se da ilusão da epistemologia do ponto zero”, ou seja, romper com a crença de que o conhecimento científico ocidental é neutro, universal e objetivo. O apagamento do clítoris, nesse sentido, é uma forma de epistemicídio: a negação de um saber que emerge de corpos femininos, insurgentes e desviantes.

Ao questionar “Existe, então, um prazer para nada?”, Malabou reclama o direito ao prazer feminino como algo que não se impõe por si mesmo: é preciso justificá-lo, politizá-lo e defendê-lo. O prazer da mulher não é uma dádiva natural, mas um campo de disputa – talvez permanente – de legitimação. Malabou, ao investir em uma ontologia clitoriana, politiza esse *locus* e oferece uma via de subversão dos modos hegemônicos de produção de conhecimento.

Além de sua relevância filosófica, a obra traz contribuições significativas para as ciências sociais, sobretudo no campo da epistemologia crítica. Ao conceber o clitóris como órgão de pensamento, Malabou questiona categorias centrais da modernidade ocidental que sustentam as ciências sociais tradicionais, tais como sujeito, corpo, gênero e racionalidade. A obra desafia as dicotomias entre biologia e cultura, corpo e pensamento, natural e social, dialogando com abordagens pós-estruturalistas, decoloniais e feministas interseccionais. Ao reconhecer o prazer clitoriano como fonte legítima de saber, amplia-se o horizonte epistemológico para pensar sujeitos, afetos e resistências. Esse deslocamento convoca as ciências sociais a rever criticamente seus métodos e categorias, incorporando narrativas historicamente silenciadas.

Apesar de dialogar com autores queer e trans, a obra falha ao não estabelecer uma interlocução sólida com pensadoras negras, indígenas e decoloniais, o que compromete o alcance e a profundidade de sua crítica. Um dos pontos centrais ignorados é a crítica ao universalismo feminista – concepção que, ao partir da experiência de mulheres brancas, ocidentais e de classe média como referência, apaga outras formas de vivência, luta e opressão. Como destaca María Lugones (2014, p. 935), “a crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero”. Para Lugones, a colonialidade de gênero está na origem das coalizões feministas e exige a busca por um “lócus fraturado” que resista às relações de poder (Lugones, 2014, p. 948).

Esse esvaziamento interseccional limita a radicalidade da proposta e mantém o debate ancorado na centralidade branca e ocidental. A inclusão de perspectivas como as de Audre Lorde (1984), que defende o prazer como força política e epistemológica, e de Ochy Curiel (2015), que articula lesbianismo radical e descolonialidade, poderia deslocar essa centralidade.

Autoras como Grada Kilomba (2019), ao abordar a colonialidade das memórias e subjetividades racializadas, e Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), com sua matriz de dominação que

articula raça, classe, gênero e sexualidade, evidenciam as múltiplas opressões que atravessam corpos e desejos. Julieta Paredes (2010), Maria Lugones (2008) e Lélia Gonzalez (1984) também são fundamentais para inserir epistemologias indígenas, afrodiáspóricas e decoloniais no centro da discussão. Essas vozes não seriam meros complementos, mas, sim, deslocamentos necessários para descolonizar as noções de prazer e poder. Como lembra Mignolo (2021, p. 44), a tarefa decolonial começa pela ruptura epistêmica, por atos de desobediência – quer dizer, a ausência de epistemologias negras, indígenas e decoloniais enfraquece a proposta crítica da obra analisada e limita seu potencial disruptivo.

Pinheiro (2019) também alerta que o eurocentrismo reduziu existências e saberes a um padrão universalizado. Portanto, ao não incorporar epistemologias que desafiam esse padrão, o livro arrisca reproduzir parte da lógica que busca contestar. Ainda assim, *O prazer censurado* permanece uma contribuição relevante, sobretudo ao propor uma reconfiguração da política dos corpos a partir de enigmas, distâncias e resistências – no entanto, o convite à insurgência poderia ser ainda mais potente se fosse atravessado pelas vozes historicamente silenciadas que denunciam que o controle dos corpos é, também, um projeto racial, colonial e epistemológico.

## Referências

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CURIEL, Ochy. **Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala**. Madrid: ACSUR-LAS SEGOVIAS, 2015.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, São Paulo, Anpocs, n. 2, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10316>. Acesso em: 12 abr. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira e Alexandra Lopes. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Uses of the Erotic: The Erotic as Power. In: LORDE, Audre. **Sister Outsider**: Essays and Speeches. New York: Crossing Press, 1984. p. 53-59.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MALABOU, Catherine. **O prazer censurado**: clitóris e pensamento. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024. 128 p.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. **Revista X**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo indígena comunitario. In: ESPINOSA, Yuderkys (Dir.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teóricas políticas del feminismo latinoamericano**. Tomo 1. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 117-120.

PINHEIRO, Bárbara Carine. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 19, p. 329-344, 2019. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2019u329344. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/13139>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RAGO, Margareth. História, gênero e sexualidade: a “higiene do amor” no discurso médico dos anos vinte, no Brasil. **Motriz**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 199-200, dez. 1999. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/8737/6127>. Acesso em: 12 abr. 2025.

RAGO, Margareth. O elogio do sexo da mulher. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 14, p. 291-297, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635358>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do “Amor Venéris”. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, v. 25, p. 181-195, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10587/7877>. Acesso em: 8 jun. 2025.